

**TERCEIRA CONFERÊNCIA INTERMINISTERIAL SOBRE SAÚDE E AMBIENTE EM
ÁFRICA
Libreville, 6 a 9 de Novembro de 2018**

***Aliança Estratégica para a Saúde e o Ambiente em África:
uma força motriz para a implementação dos ODS***

IMCHE/3/CP.3

Resumo

Com a adopção dos 17 Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, os líderes mundiais delinearam passos corajosos e transformadores, concebidos para colocar o mundo numa via mais sustentável e resiliente para as pessoas, o planeta e a prosperidade. Os ODS proporcionam um compromisso renovado para o desenvolvimento sustentável e identificam as medidas necessárias para uma abordagem integrada com vista a dar resposta aos principais desafios económicos, ambientais e sociais.

Na primeira Conferência Interministerial sobre Saúde e Ambiente em África, realizada em Agosto de 2008 em Libreville, os governos adoptaram a Declaração de Libreville, que foi concebida especificamente para reconhecer as ligações entre a saúde e o ambiente, com vista a se alcançar um desenvolvimento sustentável, promover uma abordagem integrada à formulação de políticas e levar a cabo acções específicas para potenciar as mudanças nas disposições institucionais e nos quadros de investimento, num esforço para atenuar as ameaças ambientais para a saúde humana. Este reconhecimento foi reafirmado na segunda Conferência Interministerial, com a adopção do Compromisso de Luanda para a implementação da Declaração de Libreville.

Os progressos e os resultados alcançados no âmbito do processo de implementação da Declaração de Libreville revelam a sua capacidade para potencialmente traduzir as aspirações de África em acções concretas ao nível continental e ao nível dos países. Este documento tem por finalidade posicionar a Declaração de Libreville como um documento de política singular que reúne a saúde e o ambiente no contexto mais alargado do desenvolvimento sustentável, proporcionando uma via complementar para a mudança positiva a ser reproduzida e aumentada, sobretudo no contexto dos ODS. O documento destaca também como a Aliança Estratégica para a Saúde e o Ambiente é uma plataforma essencial para apoiar a implementação concertada das agendas e dos acordos internacionais.

I. Antecedentes

1. Com a adopção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, os líderes mundiais reconheceram que as interligações e a natureza integrada dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável os tornam crucialmente importantes para garantir a concretização da finalidade da nova Agenda, concebida para melhorar profundamente as vidas de todos e transformar o nosso mundo para melhor. Este compromisso político renovado para com o desenvolvimento sustentável apela a que os governos nacionais e os parceiros do desenvolvimento reforcem ainda mais e consolidem os seus esforços envidados para integrar efectivamente as vertentes económica, ambiental e social nas suas políticas e estratégias de desenvolvimento e para reconhecer as suas interligações, de modo a se alcançar o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões. Salienta ainda algumas das principais medidas a serem tomadas aos níveis nacional, regional e mundial para solucionar os desafios económicos, ambientais e sociais.
2. Na conferência de 2008 em Libreville, os ministros da saúde e do ambiente decidiram demonstrar a importância das ligações entre a saúde e o ambiente, com vista a alcançar o desenvolvimento sustentável. “Concordaram em promover uma abordagem integrada à formulação de políticas nos sectores da saúde e do ambiente, que leve totalmente em consideração os serviços que os ecossistemas prestam à saúde humana”. “Concordaram igualmente quanto às acções específicas necessárias para potenciar as mudanças nas disposições institucionais e nos quadros de investimento, para reduzir as ameaças ambientais para a saúde humana”.
3. Desde a sua adopção, em 2008, a Declaração de Libreville tem produzido resultados significativos. Foram conseguidas realizações tangíveis em termos de trabalho normativo, advocacia e reforço dos sistemas nacionais, por meio de orientação técnica, instrumentos, metodologias e recursos, tendo ainda sido criadas equipas de trabalho multissetoriais e multidisciplinares. Obteve-se um consenso interministerial acerca das prioridades de saúde e ambientais para os países e para o continente em geral. Foram elaborados quadros estratégicos e planos de acção pan-africanos, que foram também avaliados por diversos fóruns ministeriais. Empreenderam-se acções intersectoriais efectivas em termos dos factores essenciais de risco ambientais que são bastante pertinentes para a consecução dos objectivos do desenvolvimento sustentável. Os parceiros expressaram repetidamente o seu apoio total à Declaração de Libreville. Todos estes progressos apontam para o reconhecimento de que a Declaração de Libreville tem a capacidade e o potencial, embora inexplorado, de desempenhar um papel significativo para traduzir as aspirações ambiciosas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os seus ODS em acções concretas nos países e no continente em geral.
4. A Aliança Estratégica para a Saúde e o Ambiente gerou um novo espírito de cooperação e de alinhamento entre os sectores da saúde e do ambiente, por forma a se alcançar o desenvolvimento sustentável. A Aliança proporciona um impulso institucional e programático para traduzir os compromissos políticos e as aspirações da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em medidas e intervenções concretas.

5. Os ODS representam uma oportunidade fundamental para abordar as ligações entre o ambiente e a saúde em todos os seus 17 objectivos e 169 metas. O ambiente natural e construído pode ser um determinante importante para a saúde e a forma como vivemos. O meio que nos rodeia pode influenciar a nossa saúde através da exposição a factores de risco físicos, químicos e biológicos ou desencadear alterações do comportamento. Do mesmo modo, há uma consciência crescente de que o impacto humano directo no ambiente tem um papel vital para exacerbar ou para atenuar os riscos para a saúde. A acção directa nas ligações entre o ambiente e saúde humana apresenta oportunidades novas e interligadas para a consecução dos ODS, uma vez que o ambiente e a saúde são áreas prioritárias dos objectivos e metas das Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

II. Finalidade

6. Este documento tem por finalidade: a) posicionar a Declaração de Libreville como um instrumento singular de política que junta a saúde e o ambiente no contexto mais alargado do desenvolvimento sustentável; e b) proporciona uma via complementar para a mudança positiva a ser reproduzida e aumentada. Em particular, o documento realça como a Declaração de Libreville pode encabeçar a implementação dos ODS e como a Aliança Estratégica para a Saúde e o Ambiente constitui uma plataforma essencial para apoiar a implementação das agendas e dos acordos internacionais em África.
7. Este documento, a par do Quadro para Aumentar o Investimento nas Intervenções Prioritárias na Saúde e no Ambiente, visa apoiar o desenvolvimento e a implementação do Plano de Acção Estratégico sobre Saúde e Ambiente em África.

III. Declaração de Libreville: uma expressão concreta das aspirações de reforço institucional para o desenvolvimento sustentável

8. Os 17 Objectivos do Desenvolvimento Sustentável, com as suas 169 metas, são integrados e indivisíveis. Nunca anteriormente havia sido assumido um tal compromisso para uma acção e esforço comum numa agenda política tão abrangente e universal, na busca de um desenvolvimento global e de uma cooperação vencedora, que conduzirá a enormes ganhos para todos os países do mundo.
9. A adopção destes objectivos interrelacionados convida a encontrar soluções integradas e inovadoras. Para abordá-los de forma eficaz, é preciso uma nova abordagem. O desenvolvimento sustentável reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, o combate às desigualdades dentro e entre os países, a preservação do planeta, a criação de um crescimento económico contínuo, abrangente e sustentável, e o fomento da inclusão social estão interligados e são, ao mesmo tempo, interdependentes.
10. O êxito da implementação dos ODS será medido sobretudo pela capacidade dos países em prosseguirem políticas que quebrem o ciclo vicioso que liga a pobreza, a degradação ambiental, a saúde precária e as contínuas iniquidades relativas ao género e aos grupos

vulneráveis. A acção em momentos cruciais nas ligações entre a saúde e o ambiente é fundamental para responder a este desafio.

11. Os ODS apresentam uma óptima oportunidade para agir sobre as ligações entre o ambiente e a saúde em todos os 17 objectivos e 169 metas. O ambiente natural e construído pode ser um importante determinante da saúde e da forma como vivemos. O meio que nos rodeia pode influenciar a nossa saúde através da exposição a factores de risco físicos, químicos e biológicos ou desencadear alterações do comportamento. Do mesmo modo, há uma consciência crescente de que o impacto humano directo no ambiente tem um papel vital para exacerbar ou para atenuar os riscos para a saúde. A acção directa nas ligações entre o ambiente e saúde humana apresenta oportunidades novas e interligadas para a consecução dos ODS, uma vez que o ambiente e a saúde são áreas prioritárias dos objetivos e metas das Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A. Um quadro abrangente para aplicar o processo de integração

12. As grandes linhas orientadoras dos ODS foram estabelecidas e as contribuições correspondentes da Declaração de Libreville para a sua implementação estão descritas em baixo:
 - (a) ***Promover a integração equilibrada das três dimensões do desenvolvimento sustentável:***
A finalidade da Declaração de Libreville, que consiste em integrar os objectivos das áreas da saúde e do ambiente nas estratégias nacionais de redução da pobreza, através implementação de programas intersectoriais prioritários a todos os níveis, acelerando, deste modo, a consecução dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável, é coerente com a integração equilibrada das três dimensões do desenvolvimento sustentável;
 - (b) ***Adoptar uma abordagem orientada para a acção e os resultados,*** dando a devida atenção a todos os problemas transversais pertinentes, como forma de contribuir para o desenvolvimento sustentável. Os resultados do contributo da Declaração de Libreville para o desenvolvimento sustentável são claros. Projectos documentados, como evidenciado pelo “Relatório de Síntese da Implementação da Declaração de Libreville (IMCHE/3/CP1)” demonstram resultados tangíveis nas prioridades conjuntas nas áreas do ambiente e da saúde, como identificado no Compromisso de Luanda. Por exemplo, na Etiópia, o projecto intersectorial de abastecimento de água e saneamento urbano, através do desenvolvimento de novos poços e nascentes, levou à produção de mais de 30 000 metros cúbicos adicionais de água por dia. O projecto foi financiado com IDA combinada com recursos de empréstimo, e inclui o fornecimento de torneiras de quintal em áreas de baixos recursos de Adis Abeba. Outros projectos intersectoriais desenvolvidos na Etiópia, Gabão e Mali tiveram um impacto positivo na população em termos de acesso a água, saneamento e vulnerabilidade reduzida aos factores de risco ambiental.
 - (c) ***Sublinhar a importância das interligações entre os problemas e os desafios principais e a necessidade de uma abordagem sistemática aos mesmos a todos os níveis pertinentes:***
A Declaração de Libreville reconhece que “é necessário e urgente implementar nos países africanos o imperativo do desenvolvimento sustentável nos esforços para alcançar o

crescimento económico”. A Declaração de Libreville reconhece ainda os “condicionalismos para acelerar a implementação das estratégias integradas necessárias para proteger as populações contra os riscos resultantes da degradação ambiental, incluindo os factores de risco como o mau acesso à água potável, o mau saneamento e a poluição do ar, as doenças transmitidas por vectores, os produtos químicos, novas substâncias tóxicas, desertificação, riscos industriais e relacionados com a habitação, e as catástrofes naturais”. Os ministros sublinharam, em conjunto, que “a boa gestão dos riscos de saúde e ambientais tem um impacto positivo nas economias nacionais, incluindo através do aumento dos investimentos estrangeiros directos e do turismo”, e que a “segurança sanitária pode ser alcançada através de um ambiente saudável”.

- (d) ***Aperfeiçoar a coerência, reduzir a fragmentação e a sobreposição e aumentar a eficácia, a eficiência e a transparência, ao mesmo tempo que se reforça a coordenação e cooperação:*** As alterações climáticas são reconhecidas como um dos riscos ambientais que apresentam ameaças para a saúde. O Plano Africano de Acção para a Adaptação da Saúde Pública às Alterações Climáticas, que é um resultado do processo da Declaração de Libreville, é um claro exemplo de se alcançar uma maior coerência e de se reduzir a fragmentação. A dinâmica criada pela Declaração de Libreville levou também os ministros da saúde e os ministros do ambiente reunidos em Luanda, em 2010, a adoptarem uma declaração conjunta sobre as alterações climáticas. Um ano depois, adoptaram um quadro comum para a adaptação (AMCEN SS4/1 e AGR/NC6111R2 do Comité Regional da OMS). Este quadro foi usado pelas equipas nos países para preparar planos nacionais conjuntos de adaptação da saúde e do ambiente às alterações climáticas. De igual modo, na 14.ª Sessão Ordinária da Conferência Ministerial Africana sobre o Ambiente, os ministros do ambiente aprovaram o Programa para Reduzir os Riscos Químicos para a Saúde e o Ambiente, como uma resposta abrangente intersectorial de ambos os sectores, em apoio da Abordagem Estratégica à Gestão Internacional dos Produtos Químicos (SAICM) e ao processo de implementação do Acordo Multilateral para o Ambiente (MEA).
- (e) ***Envolver líderes políticos de alto nível, fornecer orientação política e identificar acções específicas para promover a implementação efectiva do desenvolvimento sustentável,*** incluindo através da partilha voluntária de experiência e das lições aprendidas: Ao adoptarem a Declaração de Libreville, os ministros da saúde e os ministros das finanças africanos convidaram o Chefe de Estado do Gabão a apresentá-la à União Africana. A ocasião exemplificou a capacidade do processo de Libreville para envolver líderes políticos de alto nível na identificação de medidas orientadas para o desenvolvimento sustentável e criar novas possibilidades para uma resposta mais rápida e eficaz aos desafios aos níveis mundial e continental.
- (f) ***Promover a interface política-ciência*** através de avaliações científicas abrangentes, baseadas em evidências e transparentes, e do acesso a dados oportunos, fidedignos e pertinentes, como parte das três dimensões do desenvolvimento sustentável, tirando partido dos mecanismos existentes, conforme o caso. Isto implica reforçar a participação por parte de todos os países, sobretudo os países em desenvolvimento, nos processos do desenvolvimento sustentável e de formação de capacidades ao nível internacional, incluindo a realização de auto-monitorização e auto-avaliação: As Equipas Nacionais de Trabalho são equipas multidisciplinares e multissectoriais de peritos nacionais que reúnem as melhores evidências possíveis através da Análise da Situação e da Avaliação das Necessidades (SANA), para apoiar a formulação de políticas ao nível nacional por

intermédio do Plano Nacional de Acções Conjuntas (NPJA). Estas proporcionaram uma plataforma única de peritos de diferentes sectores para um diálogo técnico e científico construtivo e para a obtenção de consenso quanto a acções prioritárias e concretas. Através destas acções e do diálogo, tem sido mais fácil para os decisores económicos e sociais concordarem a respeito das prioridades nacionais e continentais para a saúde e o ambiente.

IV. Declaração de Libreville: um instrumento estratégico de políticas para concretizar a Agenda 2030 e os ODS em África

13. Dada a natureza transversal da relação entre o ambiente e a saúde, a implementação da Declaração de Libreville contribui para a consecução de vários ODS e suas metas. Reconhecendo a importância da relação entre o ambiente e a saúde, e a necessidade de se agir urgentemente, os Estados-Membros presentes na segunda Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA2) incidiram as discussões no tema preponderante, “Ambiente saudável, pessoas saudáveis”. Reconhecendo ainda que passar de uma política reactiva para uma política proactiva é essencial para limitar e evitar os impactos altamente prejudiciais da poluição nos ecossistemas e no ambiente, na economia, na saúde humana e no bem-estar, os ministros presentes na terceira Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA3) em Nairobi definiram a agenda para um planeta livre de poluição. Formularam uma declaração ministerial e adoptaram resoluções pertinentes para a relação entre o ambiente, a saúde e a poluição.
14. A Resolução 3/4 da UNEA3 sobre o Ambiente e a Saúde apela para uma acção colaborativa continuada nos processos regionais intergovernamentais relevantes sobre saúde e o ambiente, e organizações para evitar a duplicação e melhorar a eficácia. Também apela ao Programa das Nações Unidas para o Ambiente, a OMS e outras entidades a continuarem a apoiar os países a desenvolverem políticas e medidas integradas para o ambiente e a saúde, e a conceber métodos, ferramentas e orientações para promover análises ambientais e sanitárias integradas, com base no trabalho existente.
15. A décima sexta sessão regular da Conferência Ministerial Africana sobre o Ambiente (AMCEN) realizada em Libreville, em Junho de 2017, adoptou uma decisão global sobre o ambiente em África, que inclui uma secção sobre a gestão da poluição em África. A decisão compromete os países africanos a melhorarem a gestão dos produtos químicos e resíduos, assim como controlar a poluição do solo, do ar (interior e exterior), da água doce, marinha e outras formas de poluição. A decisão compromete os países a, *inter alia*, levarem a cabo acções de sensibilização sobre os impactos ambientais, sanitários e socioeconómicos negativos da poluição.
 - A. ***Uma abordagem impulsionada pelos países para concretizar as prioridades regionais para a saúde e o ambiente***
16. Em 2012, a AMCEN adoptou a Declaração de Arusha que lembrou o Compromisso de Luanda (2010) sobre a implementação da Declaração de Libreville sobre a Saúde e o Ambiente em África, na qual os ministros da saúde e do ambiente identificaram a gestão de produtos químicos como uma das principais prioridades continentais no

sectores da saúde e do ambiente que precisam de ser atendidas para acelerar a implementação da Declaração de Libreville.

17. A AMCEN reconheceu ainda que é preciso resolver os actuais desafios sanitários e ambientais implementando a SAICM e as convenções internacionais relacionadas com os produtos químicos, e que as políticas de saúde e ambientais deverão estar alinhados entre si, ao mesmo tempo que os mecanismos de colaboração institucional devem ser reforçados e a uma sólida gestão dos produtos químicos deve ser integrada na agenda do desenvolvimento sustentável.
18. Solicitou aos Estados-Membros, à Comissão da União Africana e ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em colaboração com a Organização Mundial da Saúde e outros parceiros, que apoiassem a implementação do programa africano para reduzir os riscos dos produtos químicos para a saúde e o ambiente, e desenvolver e divulgar as ferramentas técnicas necessárias nos Estados-Membros para a implementação do programa no âmbito da Declaração de Libreville.
19. Com esta solicitação, os ministros reconheceram as fortes ligações e a relação de causalidade entre a saúde e o ambiente, juntamente com os grandes benefícios que podem ser extraídos, no sentido da consecução dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável.
20. Os ministros das saúde e os ministros do ambiente sublinharam o poder e o valor das ligações entre a saúde e o ambiente quando subscreveram a Declaração Conjunta sobre Alterações Climáticas e Saúde, e o Quadro de Adaptação da Saúde Pública às Alterações Climáticas. Hoje em dia, este Quadro representa a plataforma central através da qual é articulada a resposta do sector da saúde às alterações climáticas em África. Posteriormente, foi elaborado e implantado um plano de acção regional abrangendo o período 2012-2016. Mais de 20 países realizaram avaliações da vulnerabilidade e elaboraram os seus planos nacionais de adaptação da saúde.
21. Cerca de 34 países têm SANA para identificar as lacunas de conhecimento em termos das ligações entre a saúde e o ambiente. Com base nas lacunas identificadas, mais de 20 países prepararam NPJA que catalisaram ainda mais o desenvolvimento de mais de 18 projectos intersectoriais prioritários e planos de investimento.

B. Resultados emergentes, tangíveis e expansíveis

22. A Declaração de Libreville foi elaborada com base no reconhecimento de que uma boa gestão ambiental promove uma boa saúde e evita a necessidade de se fazer certos tipos de investimentos na saúde pública, poupando, assim, os recursos financeiros limitados para serem usados noutros fins de saúde pública. A avaliação algumas medidas tomadas ao nível nacional fornece dados factuais sobre a eficácia da coordenação intersectorial, o que convence os decisores políticos de vários sectores a trabalharem juntos para atender às prioridades nacionais e continentais. Este conjunto de medidas no terreno também demonstra que as acções sanitárias e ambientais conjuntas podem ser uma força catalítica eficaz, crucial para reunir os sectores de desenvolvimento em torno do diálogo, com vista a alcançar o desenvolvimento sustentável.

23. No Quênia, por exemplo, foi desenvolvido o “Programa de Reabilitação da Bacia do Rio Nairobi” para melhorar a integridade ecológica e o valor económico dos rios na bacia do Rio Nairobi. O projecto envolveu várias partes interessadas de um grande leque de sectores. O Quênia comprometeu-se em investir 60 milhões de dólares em intervenções concretas, tais como: tapar os esgotos; colocar cercas; implementar projectos de paisagismo e reflorestação para criar um ambiente mais seguro; áreas de lazer na zona ribeirinha; e melhorar a qualidade da água. Estes produtos e serviços beneficiam a população ribeirinha da cerca de 120 000 pessoas. O projecto levou a um aumento significativo do valor imobiliário nesta zona, dinamizou o comércio e gerou oportunidades de emprego.
24. Este exemplo, juntamente com outros projectos intersectoriais, mostra como a avaliação dos impactos interligados da saúde e do ambiente podem desempenhar um papel importante na expansão do foco restrito e das frequentes falhas das respostas sectoriais. Também assegura que as contribuições directas dos ecossistemas para a melhoria da saúde são devidamente consideradas no processo de tomada de decisões. Isto requer não só que se estabeleça a ligação entre a saúde e o ambiente no processo de avaliação, como também o uso criativo das evidências, o uso racional das ferramentas qualitativas e quantitativa, e condições favoráveis.
25. As acções intersectoriais levadas a cabo ao nível nacional no âmbito da Declaração Libreville revelam o potencial para se moldar os investimentos existentes e planeados nos principais sectores económicos de uma forma que tenha em consideração, de forma holística, as sinergias e contrapartidas sanitárias, ambientais e económicas, ao invés de isoladamente. Como tal, reflectem a capacidade da Aliança Estratégica entre a Saúde e o Ambiente para fornecer uma plataforma estratégica eficaz para a implementação de programas emblemáticos duradouros que visem uma resposta mais coordenada às necessidades de África, como parte da implementação dos ODS na Região Africana.
26. As ligações entre a saúde e o ambiente são elementos cruciais que fundamentam cada aspecto de uma economia verde, e a elaboração de planos nos países africanos devem ser integrados, não só através de investimentos na agricultura, pescas, florestas e água, como também na energia, eficiência dos recursos, produção industrial, gestão dos produtos químicos e resíduos, construção e *design* urbano, e transporte.

Conclusão

27. A Declaração de Libreville sobre Saúde e Ambiente em África evoluiu enquanto iniciativa regional bem-sucedida impulsionada pelos países. Demonstrou ser um “quadro global eficaz, no qual os países africanos e os seus parceiros do desenvolvimento atendem de forma coerente aos determinantes ambientais da saúde humana e à integridade do ecossistema” como uma contribuição vital para o desenvolvimento sustentável. As conferências interministeriais deram uma oportunidade única à África para dinamizar as agendas nacionais e internacionais da saúde e do ambiente, e demonstrar liderança na implementação de políticas de desenvolvimento sustentável. Estão a surgir resultados tangíveis que devem ser alargados. Mostram que os princípios do desenvolvimento sustentável são implementáveis e que o conjunto abrangente, de grande alcance e centrado nas

peçoas, de objectivos e metas universais e transformativos é alcançável para um mundo melhor até 2030.